

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**EXERCÍCIO DE 2025****CÂMARA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Câmara Municipal de Coronel João Pessoa/RN é órgão integrante da Administração Pública Municipal, com autonomia administrativa e financeira limitada, cuja principal fonte de recursos decorre de transferências financeiras do Poder Executivo, realizadas sob a forma de duodécimo, nos termos do art. 168 da Constituição Federal.

Por sua natureza institucional, não possui arrecadação tributária própria relevante, executando suas atividades voltadas ao processo legislativo e fiscalização do Poder Executivo.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com:

- Lei Federal nº 4.320/1964;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP – última edição vigente);
- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP);
- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Os registros contábeis observam o regime misto, com predominância do regime de competência para os fatos patrimoniais.

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**3.1. Da natureza dos ingressos**

Os ingressos registrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa referem-se, substancialmente, às transferências financeiras recebidas do Poder Executivo a título de duodécimo.

Por questões operacionais e de parametrização sistêmica, tais valores foram evidenciados na rubrica “Outros ingressos operacionais”. Contudo, sua natureza econômica corresponde a transferências intragovernamentais, nos termos do MCASP.

3.2. Da ausência de saldo de caixa

A Câmara Municipal não mantém saldo financeiro ao final do exercício, em observância às normas aplicáveis à gestão dos recursos do Poder Legislativo Municipal.

Eventuais saldos não comprometidos são devolvidos ao Poder Executivo ao final do exercício, razão pela qual o demonstrativo apresenta:

- Caixa inicial: R\$ 0,00
- Caixa final: R\$ 0,00

Tal procedimento está em conformidade com o entendimento dos Tribunais de Contas e com a prática administrativa consolidada.

3.3. Da classificação dos fluxos de investimento

Os valores evidenciados como “outros desembolsos de investimentos” correspondem, na prática, à devolução de recursos financeiros ao Poder Executivo ao final do exercício.



Ressalta-se que tal classificação decorre da estrutura atual do sistema contábil, não representando aquisição de ativos ou investimentos propriamente ditos.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

4.1. Ativo

O ativo da Câmara é composto essencialmente por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades institucionais, totalizando R\$ 140.319,19 no exercício de 2025.

Não há registros no ativo circulante, em razão da inexistência de disponibilidade financeira ao final do exercício.

4.2. Passivo

Não foram identificadas obrigações exigíveis ao final do exercício, razão pela qual o passivo encontra-se zerado.

A Câmara adota práticas de execução orçamentária que priorizam a liquidação integral das despesas dentro do exercício financeiro.

4.3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido reflete, essencialmente, o valor do ativo imobilizado, considerando a ausência de passivos registrados.

O resultado patrimonial do exercício foi positivo em R\$ 5.743,00.

4.4. Depreciação

A entidade encontra-se em processo de estruturação dos procedimentos de depreciação patrimonial, conforme orientações do MCASP.

A Administração já adotou providências para implantação gradual desse procedimento, com previsão de regularização nos exercícios subsequentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações contábeis refletem, de forma adequada, a execução orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal, considerando suas características institucionais e operacionais.

As eventuais inconsistências de classificação decorrem de limitações sistêmicas e não comprometem a fidedignidade das informações, nem a transparência da gestão fiscal.

A Administração permanece comprometida com o aperfeiçoamento contínuo dos registros contábeis, em consonância com as normas vigentes e as orientações dos órgãos de controle.

Coronel João Pessoa/RN, 31 de dezembro de 2025.